

5

O campo do transubjetivo ou a transmissão psíquica cultural

“O ser humano é constantemente submetido à prova daquilo que é novo. Psiquicamente falando, ele se constrói a todo momento pela integração permanente de novidades encontradas, de prazeres suscitados, de traumas, de conflitos superados, de heranças impostas ou de dons recebidos.”

(Rand, 2001, p.128)

5.1.

A pertença sociocultural

Considerando que o sujeito se parece mais com a sua época do que com a de seus pais, impõe-se pensar as impressões cunhadas pela cultura do tempo presente no legado familiar e a subjetividade que, conseqüentemente, é gerada.

O que a família vive tem dupla marca: o já visto, legado das gerações anteriores, e tudo aquilo que ela constrói, a partir da rede social atual da qual ela faz parte, como veremos a seguir.

Na releitura de Freud, no que se refere ao lugar da cultura na formação da subjetividade, encontramos dois posicionamentos, definidos no texto de 1921, “Psicologia de grupo e análise do ego”. Por um lado, um dizer mais biológico justifica pensar o social como algo da natureza humana que aponta para um destino marcado e inelutável da espécie; por outro lado, um pensar mais cultural postula que toda psicologia individual é, desde os primórdios e simultaneamente, psicologia social.

“Na vida psíquica do individuo considerado isoladamente, o outro intervêm regularmente como modelo, objeto, suporte e adversário, por este fato a psicologia individual é desde o inicio e simultaneamente uma psicologia social num sentido ampliado, mas perfeitamente justificado”.

(Freud, 1921, p.91)

Privilegiando a colocação acima, o processo de subjetivação fica inquestionavelmente ligado ao universo da intersubjetividade e da transubjetividade com suas dimensões complexas e contraditórias.

Freud postulou o psiquismo humano como fenômeno da cultura, cultura na qual Eros e Thanatos vão-se constituindo de maneira variável no plano social. O social não é um simples balizador da pulsão, e sim condição constituinte da subjetividade, do legado familiar e dos vínculos.

O texto freudiano de 1932, não deixa dúvidas sobre a incidência da cultura na subjetividade e na construção dos vínculos, ao afirmar que acontecem “modificações subjetivas notórias e inequívocas” que acompanham a evolução social. A cultura impõe, entre as exigências do social, o fortalecimento do intelecto (“penso logo existo”) e a repressão da agressividade, com tudo que acarreta de ganho e de perda.

No início da concepção teórica da psicanálise, sensível às redes vinculares, considerava-se que toda marca, na construção da subjetividade, vinha do vínculo com a mãe fundamentalmente. Houve, posteriormente, a abordagem que privilegiava a família em si como lugar de metabolização e estabilização de tudo que a cultura aportava. Como psicanalistas, fomos convocados a remeter todo significado inconsciente a fantasias ou experiências infantis que deixaram vestígios e que seriam repetidas com roupagem diferente. Passando a considerar a relação mãe-filha(o), não mais como encontro fundador da subjetividade e sim como ponto de partida primordial, deixamos em aberto a possibilidade de outros pontos de partida que, durante a vida em toda e qualquer etapa do desenvolvimento, fazem inscrição como acontecimento e são transformadores de subjetividade e de vínculos. Ao produzir mudanças subjetivas, colocamos limites mais precisos ao campo da repetição e abrimos a ordem do acontecimento.

A “realidade social”, como já foi visto no capítulo 2, é formada pelo conglomerado de representações socioculturais

inconscientes que atravessa e, concomitantemente, constitui as realidades psíquica e vincular. Há sempre variáveis políticas, econômicas e históricas que nos configuram como sujeito. O sujeito, como diz Castoriadis (1975), é sempre social e histórico e, conseqüentemente, a sua compreensão psicanalítica deve abranger estas dimensões. Para este autor, o homem individual ou coletivo se faz criação sempre inacabada da realidade.

Por sermos sujeitos sociais, contamos com um contexto histórico que delimita o modo de pensar e de ser de cada um e de cada rede vincular. Em todas as configurações subjetivas, reflete-se a trama de ideais de sua época. Cada fala individual é polifônica. Ela traz múltiplas vozes que nela co-habitam. Vozes determinadas pela sua inscrição em uma classe social, em um mundo cultural, em um momento histórico específico e em um grupo familiar determinado.

O sujeito e o grupo familiar são constantemente marcados pelas condições de pertença social. Pertencer a um determinado contexto social, político e econômico propicia as escolhas de vida e a inclusão em diferentes redes vinculares (família, escola, profissão, instituições sociais). Tanto as escolhas como a inclusão ficam sempre na dependência do grau de acolhimento. Quando o pertencer fica desenraizado, há rompimento das redes, com lacunas de memória e um foco no tempo presente apenas.

De acordo com Kaës (1991), quando a realidade social irrompe na situação psicanalítica, as referências teóricas e clínicas não são tão seguras. Nas últimas duas décadas, no entanto, as investigações desenvolvidas, sobre o efeito de diversas formas de violência, tais como: as marcas dos genocídios e dos campos de concentração nos sobreviventes e os transtornos causados ao psiquismo pela *Shoah*¹ e pela repressão e tortura política, têm sido pensadas com a psicanálise e na psicanálise.

¹ Significa holocausto em hebraico.

Benghozi (2001) fez um estudo importante sobre o efeito dos acontecimentos transsubjetivos com dimensão de “catástrofes humanitárias”. Investigou especialmente o efeito da *Shoah*, sobre as famílias e seus descendentes, e propôs a reconstrução dos continentes genealógico, familiar e comunitário, como possibilidade de elaborar o trauma e viver a transformação. Segundo este autor, será usando a “lógica da vergonha” que cada família decidirá o que vai ser ou não revelado, o que restará indizível na transmissão do legado familiar. As catástrofes humanitárias podem ter sido vividas por gerações anteriores e “transmitidas em herança” para a geração atual. Também podem estar acontecendo no tempo presente e, por vezes, com uma “dimensão politraumática” através de impressões psíquicas, somáticas, sociais e culturais.

Hoje sabemos que há efeitos sociais que não podem ser metabolizados nem simbolizados pelo psiquismo. Estes efeitos só poderão vir a ter um sentido quando o psicanalista reconhecer a sua natureza e sua origem para além do espaço intrasubjetivo.

Sempre que o transsubjetivo inscreve rupturas ou quebras no lugar social, propicia conflitos de identidade. Estes conflitos são atravessados pela força da identidade herdada, pela identidade familiar e pela identidade adquirida, construída durante toda a trajetória de vida (Gaulejac, 1982). Para além das quebras sociais, toda cultura baseia-se em determinadas proibições, interiorizadas pela maioria dos sujeitos. Constituem-se, assim, as regras simbólicas que refletem a ordem transsubjetiva impressa na vida psíquica. Deste modo, vincula-se a cada grupo familiar um imaginário social, que permanece como pano de fundo, com o conjunto de significações pelas quais uma família se configura como tal e cria suas formas de relacionamento. O imaginário social é aqui considerado como um sistema de representações que regula os comportamentos sociais, dando legitimidade a uns e excluindo outros, tendo sempre presente que as representações são ordenadas segundo uma lógica interna (Guist-Desprairies, 2002). Ele é

construído no bojo de cada tempo histórico e tem uma ideologia própria que o expressa e que também revitaliza o real.

Toda vez que as diferenças históricas e sociológicas não são consideradas, a ideologia é percebida como uma verdade universal e atemporal, que é apenas uma utopia e nos mantém alienados do real. Segundo Enriquez (1972), o imaginário social é regido pelo princípio do prazer e tem uma dimensão criativa que garante a existência de sonhos e projetos. Por acreditar possível o impossível é que, para este autor, torna-se possível a invenção.

Guist-Desprairies (2002) afirma que a questão do imaginário como criação ou apenas reprodução está no cerne das preocupações sobre a articulação entre o individual e o social. É importante esclarecer que cada indivíduo ou grupo familiar, ao retomar por conta própria uma representação coletiva produzida pela sociedade, faz dela matéria-prima da formação de sua identidade, sendo esta identidade, concomitantemente, construtora do social. Com movimentos contraditórios de repetição e criação, o imaginário social vai-se manifestando, especialmente, nos conteúdos da transmissão psíquica transubjetiva ou cultural.

Funcionando como espelho, a cultura oferece um determinado leque de representações, organizando os temas universais da humanidade numa rede social. Ela também apresenta a concretude da realidade social objetiva que invade o habitat familiar. Considerar que a realidade objetiva é atravessada pela fantasia não nos libera do imperativo de valorizar a realidade objetiva em si mesma e a sua instabilidade.

Nessa construção constante do sujeito, do grupo familiar e do contexto social, acontece um mal-estar estruturante que foi denunciado por Freud (1930, p.95), quando apontou três fontes de sofrimento: uma de caráter mais intrasubjetivo, que é a decadência de nosso próprio corpo, condenado à morte física; outra mais intersubjetiva, que é o relacionamento com os outros; e a que mais significa para a transmissão transubjetiva, que é “o mundo externo

com a possibilidade de voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas”.

Reconhecemos aqui uma desarticulação original ou fundante entre o sujeito e a cultura, movida pelo conflito sem maior solução entre as exigências pulsionais e as demandas - socioculturais. Algo permanece como resto não satisfeito. Este desencontro é fonte de angústia que, não sendo paralisante, pode funcionar como motor de transformação e criação. Assim, são ultrapassados os limites que o narcisismo e as repetições impõem.

O mal-estar estruturante é também albergado pelo grupo familiar, ao ser regido pela lei da interdição do incesto, lei que distancia os corpos em função do que a transmissão transubjetiva exige. Este mal-estar, assim como a instância do ideal e a função do supereu, é transmitido através das gerações e se constitui em eixo privilegiado da cadeia histórica. O supereu da criança se forma basicamente conforme o supereu dos pais, fica preenchido do mesmo conteúdo e “torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração” (Freud, 1933 / 1932, p.87).

Como já visto no capítulo anterior, no processo de transmissão psíquica, há uma exigência de ocupar um lugar oferecido antecipadamente, lugar que será ocupado ou não. Este lugar virtual vai sendo visualizado, à medida que o sujeito, o casal ou a família se depara com a demanda inconsciente de construir os vínculos intrafamiliares, em concordância com o mito fundador da família a que cada um pertence e com o discurso social. Isto é conflitivo e paradoxal, pois “o contexto social dos filhos não é o mesmo dos pais, já que eles tomam os valores atuais e os pais os valores herdados” (Puget, 2001)².

Há, então, uma ordem genealógica que, desde as origens, estabelece o lugar de cada um no grupo familiar e na sociedade. Carreteiro (2001) lembra que o reconhecimento da ordem

² Comunicação pessoal. Tradução da autora.

genealógica possibilita não apenas uma *inscrição genealógica* – cada um é elo de uma corrente de transmissão que garante a continuação da linhagem – como também uma *inscrição cidadã*, pela qual cada sujeito é instituído com seus direitos e deveres, pertencendo a uma sociedade que sofre a sua intervenção.

Considerando como *cidadão* o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou no desempenho de seus deveres para com este, a noção de cidadania aparece de forma implícita na teoria e na clínica psicanalítica. Frequentemente, porém, as bases sociopolíticas da teorização sobre o sujeito em construção e sobre o contexto transubjetivo ficam esquecidas.

No Brasil, segundo Carreteiro (1993), cidadania refere-se aos direitos sociais que ficam atrelados (erradamente) ao trabalhador apenas. Este é um posicionamento fragmentado, já que as condições de trabalho, saúde, educação, habitação e inclusão social são significativas na construção da subjetividade e dos vínculos de todos e não só de quem trabalha.

Será através dos vínculos grupais e institucionais que cada um irá elaborando a sua forma de pertença - sociocultural. Tanto os grupos como as instituições têm um lugar especial como espaços de intermediação entre o sujeito e o contexto transubjetivo a que pertencem, já que operam como articuladores inconscientes entre a subjetividade e a cultura (Rojas, 1998).

Mesmo assim, é impossível para estes espaços de intermediação oferecer a possibilidade de significar todo o impacto que advém das determinações sociais. Há sempre um resto que excede à representação e que traz o novo, muitas vezes inscrevendo traumas. Ao aprofundar o estudo da transmissão psíquica, repensada a partir da atenção aos acontecimentos, torna-se indispensável redimensionar o que será entendido como trauma.

Como já foi visto no capítulo 3, Freud investigou o “trauma elementar” de valor estrutural e de conteúdo sexual infantil. Já o “trauma doloroso” (Rudge, 2003), imposto a Freud pelos casos de neurose traumática pós-guerra, permaneceu sem ser melhor

desenvolvido até a contribuição de Ferenczi. É este tipo de trauma, que se apresenta cada vez mais na clínica atual, trauma que, por vezes, revela feridas sociais, nem sempre de fácil cicatrização.

“A psicopatologia traumática teve o poder de instalar uma controvérsia no campo da psicanálise. Grande parte dos analistas enfatiza a infância e a relação com a mãe como o terreno onde se instala uma vulnerabilidade, considerando o trauma atual apenas como uma reativação do trauma infantil. Outra corrente considera que eventos catastróficos podem dar origem a psicopatologias, independente de pré- disposições oriundas da infância”.

(Rudge, 2003, p.12)

Em sintonia com a segunda corrente, penso que é preciso ir além do trauma, como proposto pela teoria freudiana, e considerar que experiências-limite e situações críticas se apresentam durante toda a vida. Neste sentido, Ferenczi pode ser considerado um precursor, já que a partir das questões levantadas pela teoria pulsional de Freud, amplia as fronteiras com a sua contribuição.

Segundo Ferenczi (1932), há trauma quando o sofrimento aumenta e ultrapassa a força de compreensão do ser. Ante o trauma não existe o tempo, ou seja, passado, presente e futuro estão juntos concomitantemente. O tempo fica congelado e se sai do tempo da história, vivendo uma dor muito grande, que fica sem representação. Knobloch (1996), no seu artigo “Ferenczi e a clínica do trauma”, alerta que, para este autor, “a dor presente, exatamente por ser presente, dói mais do que a suscitada pela lembrança da dor do passado” (p.61).

Muitas vezes, o trauma doloroso vivido por um, passa a ter para outros, que com o indivíduo atingido convivem, o valor de lembrança traumática insuportável, de ferida social não cicatrizável.

Sabemos que as situações traumáticas referem-se ao desamparo que advém de vivências de separação ou perdas de amor, de pessoas amadas, de parte de si e do que contribui para a auto-estima. Há traumas individuais e também coletivos em que as perdas afetam um grande número de pessoas. Neste sentido, na sociedade brasileira atual, podemos citar a fome, o desemprego e a violência.

Funcionando como “catástrofes sociais”³, atingem a integridade física e emocional. Ante a falta de recursos para lidar com estes acontecimentos, que causam intenso sofrimento, o desamparo subjetivo e concreto instala-se e passa a nortear a vida dos envolvidos que se apresentam submetidos, muitas vezes, a um devenir traumático.

5.2.

O grupo familiar e a porosidade da membrana

Nenhuma sociedade aceita que não se cumpram suas prescrições, e o grupo familiar, como instituição social, repete esta regra.

O contexto social (como já foi visto no capítulo 2) é regido por leis próprias, tanto conscientes como inconscientes. Entre as prescrições conscientes, a sociedade é canalizada pelas interdições de não matar e não roubar, muitas vezes violadas. Entre as prescrições inconscientes, grande parte da sociedade brasileira transmite, em maior ou menor grau, tanto o preconceito racial como o social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que promove um funcionamento multipolar com intensa mobilidade social, ela ainda não assimila com tranquilidade os casamentos inter-raciais ou entre membros de camadas sociais muito diferentes. Propicia novas formas de família, mas ainda promove a família nuclear como sendo a ideal. Incorporou a mulher no mercado de trabalho, mas cobra que o homem seja o provedor.

Freqüentemente, os pais delegam inconscientemente aos filhos a missão de realizar uma transgressão que eles não puderam efetuar, por permanecerem sob a égide do próprio pai repressor. Mas, além do eixo da cadeia histórica, o grupo familiar e o seu legado ficam constantemente expostos a ocorrências intrafamiliares e/ou sociais do tempo presente. Estes fatos inscrevem temas que tocam a organização familiar como um todo e as redes vinculares,

³ Kaës (1991b) denomina de catástrofes sociais o aniquilamento ou perversão dos sistemas imaginários e simbólicos já dispostos nas instituições sociais.

estabelecidas entre as diferentes gerações. Muitas vezes inscrevem-se na categoria de acontecimento na qual tudo está disposto para que se encontre um sentido.

Referendando as inscrições⁴ da cadeia histórica e da rede social atual, Carreteiro (2001, p.121) afirma que, entre a história objetiva e a narrativa subjetiva, há sempre uma distância e acrescenta que:

“A história relatada nos romances familiares⁵ é atravessada por fatos históricos, lembranças, omissões, adições, fantasmas e realidade. Podemos ainda ampliar este quadro e afirmar que o romance familiar se inscreve em um universo que circunscreve aspectos sociais, econômicos, familiares, genealógicos e a história pessoal do sujeito que o transmite.”

(Carreteiro, 2001, p.121)

A via transubjetiva da transmissão psíquica chama ao acolhimento de processos, tais como as ideologias, os sistemas de valores, as crenças religiosas e estéticas, que dão suporte a um momento histórico determinado. Muitas vezes, o contexto histórico-social faz aparecer, como desejo próprio, aquilo que é condição da cultura e que propicia sua perpetuação (Gomel, 1997).

Cada grupo familiar tem maior ou menor ressonância às determinações sociais do que será permitido ou proibido. Emergindo do transcultural, a família não tem um fundamento natural. Ela fica presidida por uma lei que funciona como a linguagem, impondo suas formas e mantendo uma rede inconsciente.

Uma família, em qualquer uma das possíveis configurações, tem seus alicerces num “contrato narcisista” (Aulagnier, 1975), firmado com o contexto transubjetivo em que se insere, além do contrato, já estabelecido, com suas famílias de origem. Por estes contratos, as inscrições da cultura chegam ao grupo familiar pelas vias da transmissão psíquica, exercidas de duas formas: por um lado, a transmissão cultural, sustentada pelo discurso que vem do contexto transubjetivo, e por outro lado, a transmissão familiar que

⁴ Inscrição neste capítulo faz alusão a tudo que, em geral, marca a vida familiar.

⁵ Romance familiar aqui se refere à história familiar transmitida de uma geração à outra.

se passa de pais a filhos pela articulação intrafamiliar. O percurso de construção subjetiva tem apoio nas identificações e “nas oportunidades disponíveis nos seus horizontes familiares e sociais” (Carreteiro, 1999, p.80).

Por muitos anos não se valorizou suficientemente o envelope psíquico familiar além de sua função de fronteira e proteção. Cada grupo familiar, assim como cada sujeito, tem necessidade de uma membrana protetora que funciona como fronteira ou barreira entre eles e o entorno. Por um lado, o fechamento é indispensável à vida. Carreteiro (1993) lembra, evocando o dizer de Anzieu (1990), que é preciso relativizar a noção de fechamento, já que sujeitos e famílias diferentes estabelecem diálogos, trocas e intercâmbio: “o ego oscila entre fechamento sobre si e (...) flashes de abertura ao mundo (...) a autonomia requer uma alternância de fechamento protetor sobre si e a estimulante abertura ao exterior” (Anzieu, 1990, p.22).

Uma das características do mundo atual é a *porosidade* das membranas e o grupo familiar vem cada vez mais adquirindo essa conotação. Nesta perspectiva, qual é a ressonância psíquica dos acontecimentos externos no legado familiar construído, transmitido e transformado de geração em geração?

Pesquisas recentes da biologia indicam que a membrana neuronal é ativa do ponto de vista químico. Ela importa do exterior o que seja necessário e filtra as trocas entre o de dentro e o de fora, fazendo a triagem do que deve ser admitido e o que deve ser rejeitado. Tendo com paradigma a membrana do neurônio, pensa-se o grupo familiar também como uma célula de membrana porosa com filamentos, antenas ou canais que partem de um “mosaico fluido” (Anzieu, 1990, p.45).

Como mosaico fluido, o grupo familiar tem várias possibilidades de estar em rede vincular com o espaço social. Há filamentos que são como antenas na escuta do mundo externo e há canais que atravessam a membrana familiar levando informações ao seu interior. Nesta troca entre o intrafamiliar e o extrafamiliar, são os filhos, privilegiadamente, os estiletos que perfuram a membrana,

exercendo uma transformação dos conteúdos familiares a partir do que captam no contexto social. Por outro lado, o espaço transubjetivo não só delimita como também invade o espaço familiar, tendo, como um dos canais, a influência dos meios de comunicação.

À medida que a família se posiciona porosa para o social, vem sofrendo profundas transformações pela incidência das demandas externas. As transformações podem propiciar um renascimento ou um impedimento da vida psíquica e dos vínculos familiares. Vejamos um caso clínico que expressa o renascimento da vida psíquica e dos vínculos.

Após 18 anos de casados e tendo dois filhos, hoje adolescentes, Pedro e Isabela se percebem num tempo de pouco diálogo e, como dizem, “com falta de assunto”. No passado, a escolha amorosa e o início do casamento aconteceram num contexto social e histórico de intensa participação estudantil e política. Pedro e Isabel foram jovens que, identificados com a ideologia vigente, atuaram diretamente em projetos de construção da cidadania, junto a setores da população que permaneciam sem voz. Posteriormente, criar e educar os filhos foi passando a ser a prioridade do casal parental que, pouco a pouco, se viu menos receptivo às solicitações advindas do social e permaneceu centrado nas demandas intrafamiliares. Hoje os filhos cresceram e, naturalmente, as suas vozes não preenchem mais o dia-a-dia familiar. Como um casal “sem voz”, Pedro e Isabela procuram um atendimento psicanalítico da rede conjugal e iniciam a escuta do que permanece não dito, do silêncio que se repete e instala o mal-estar além do tolerável. Chegam com seus ideais sociais adormecidos e centrados num hiperinvestimento do mundo privado, inseridos num tempo histórico de profundas mudanças em que, cada vez mais, a população civil é convidada a ser co-autora de projetos voltados para a inserção e capacitação dos excluídos (os não consumidores na sociedade de consumo). Eles iniciam a escuta do desejo adormecido, desejo de serem protagonistas num processo de transformação familiar e

social. O casal toma posse de seus ideais de juventude e, marcado pelo tempo social e histórico atual, inicia a sua participação numa ONG - organização não governamental. Ao retomar, por conta própria e de forma singular, a representação coletiva produzida pela sociedade (o lugar e a função do terceiro setor no desenvolvimento da inscrição cidadã), Pedro e Isabela encontram nos projetos de cunho social matéria-prima para a reabertura do diálogo conjugal e para a contínua construção de sua identidade como casal. Um acontecimento transubjetivo propicia, então, o renascimento das vozes silenciadas no seio da vida familiar e social.

Neste e em outros casos clínicos, a vida familiar fica transformada no seu equilíbrio e, ao mesmo tempo, alimentada na sua criação pela porosidade da membrana familiar, que propicia e regula o sistema de trocas com o contexto transubjetivo e filtra a chegada dos acontecimentos externos.

5.3. Sobre os acontecimentos

Durante quase um século, a psicanálise deixou, no lugar de resto, a questão do acontecimento externo, mas, nos últimos anos, os psicanalistas sensíveis às redes vinculares estão acolhendo, na escuta, as informações que, partindo de conteúdos coletivos, fazem inscrição singular, mais ou menos intensa, na subjetividade e nos vínculos.

A psicanálise passa, então, a fazer um permanente interjogo entre o que se mantém como universal e o que se constitui em função dos acontecimentos sociais e históricos.

Considero que, teoricamente, os acontecimentos podem ser classificados em três categorias: acontecimentos intrasubjetivos, acontecimentos intersubjetivos e acontecimentos transubjetivos. Na clínica, estes acontecimentos pontuam as narrativas familiares e integram as suas cronologias.

Escutar os acontecimentos intrasubjetivos foi o campo privilegiado pela psicanálise, que, nas últimas décadas, passou a escutar também os acontecimentos intersubjetivos. Somente há pouco mais de duas décadas, contamos com alguns estudos sobre a ressonância psíquica dos acontecimentos transubjetivos na construção e transmissão do legado familiar.

O *acontecimento intrasubjetivo* foi pensado por Freud quando apresentou o processo associativo. Ele se configura no espaço intrapsíquico, como algo que não estava previsto, e irrompe fazendo questão quanto à forma como surge. Os atos falhos, os sonhos, algum afeto, pensamento ou imagem que chega repentinamente e toma de assalto o sujeito, um luto não elaborado, um segredo familiar se constituem em acontecimentos intrasubjetivos. Pelo processo de associação livre e na transferência, tudo está disposto para que este acontecimento encontre o seu sentido, fazendo com que o dispositivo analítico seja o receptáculo propício para a criação do sintoma (Kaës, 2002)⁶.

O *acontecimento intersubjetivo* se constitui na articulação entre o social e o que o sujeito porta como manifestação nos vínculos do âmbito íntimo e privado. Ele impõe a presença da realidade social que cria um forte impacto na vida do sujeito, do casal e ou do grupo familiar e propicia transformações subjetivas e vinculares imprevisíveis, demarcadas pelas fronteiras culturais. São acontecimentos intersubjetivos: a escolha amorosa, que contribui para a discriminação de cada parceiro nos vínculos com sua família de origem; o nascimento de um filho, que altera os lugares e as funções do grupo familiar, com lugar especial ao nascimento do primeiro filho que transforma o casal em família; migrações; acidentes; e outros.

Já o *acontecimento transubjetivo* traz indagações coletivas que, fora de toda ordem de valor, fazem pensar as impressões que, a partir do social global, com maior ou menor intensidade, ressoam na

⁶ Comunicação pessoal.

subjetividade e nos vínculos. Podem ser considerados acontecimentos transubjetivos no contexto social atual do Rio de Janeiro, a violência urbana e o desemprego, entre outros. É importante ter clareza de que estes acontecimentos ressoam na subjetividade familiar, mas nunca a regulam completamente.

Sair do “imaginário enganoso” e caminhar para o “imaginário motor” (Enriquez, 2001) faz de cada um, individualmente, e de cada grupo familiar um construtor de história pessoal, familiar e social, com a possibilidade de realizar transformações. Quando é o imaginário enganoso que predomina, criam-se situações que não transformam a realidade psíquica, vincular e social. Tende-se, então, para a repetição pelo sentimento de incapacidade de enfrentar a realidade adversa em que se vive. Já com o predomínio do imaginário motor, faz-se um uso da imaginação que tem repercussão transformadora da realidade, indo além do tempo presente e criando projetos para o futuro.

Como construtor de história, assume-se o protagonismo, pelo qual não se é mais passivo de identificações coletivas rígidas nem repetidor alienado de funcionamentos psíquicos e sociais impostos. O protagonista da história psíquica, que é legada e construída por cada geração, aceita as determinações sociais, mas introduz mudanças significativas. Deixa de ser um transmissor cego dos ideais sociais e familiares, não abrindo mão de sua capacidade de criar e sustentar a subjetividade, os vínculos e os ideais. “O sujeito – nó de uma rede aberta e por vir – tem a capacidade de ir construindo-se/ reconstruindo-se, modificando sua organização e dando lugar a qualidades novas, originadas pelas mudanças do meio e dos outros” (Rojas, 2002, p.2)⁷.

Ser protagonista de sua história familiar e social é se reconhecer sujeito, tendo, como causa, evoluir em sua linhagem, na tradição herdada, que é enriquecida e transformada. Isto nos convoca a que “aceitemos o augúrio e trabalhemos cotidianamente

⁷ Tradução da autora.

para fazer da vida imediata mais um lugar de surpresas do que um lugar de repetição morna” (Enriquez, 2001, p.43) e, ainda mais, convoca a expressar a dignidade humana confiando nas escolhas que são feitas para se ter uma boa vida, sempre ancorada na ética.

As experiências de vida familiar, institucional, comunitária e social podem então se inscrever ou não como acontecimentos, em qualquer uma de suas três categorias. Quando há inscrição, estes passam a integrar a linha do tempo familiar e aparecem, na clínica, como “acontecimentos biográficos” (Legrand, 1993) na construção do legado familiar e da subjetividade. Muitas vezes, os acontecimentos biográficos demandam um trabalho inicial de reconhecimento e aceitação para, posteriormente, serem transformados em *acontecimentos ressubjetivantes*, portadores de novas significações.

Cada um dos acontecimentos que integram a linha do tempo familiar, reflexo da história de vida, provocam uma crise ou uma catástrofe psíquica.

Entre os significados da palavra crise, alguns refletem com exatidão o que os relatos familiar e conjugal expressam no atendimento clínico: “Estado de dúvidas e incertezas (...) fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias (...) momento perigoso ou decisivo (...) lance embaraçoso (...) tensão, conflito” (Ferreira, 2001, p.500).

Surgem, então, conflitos oriundos da incerteza e da insegurança que, muitas vezes, criam uma alteração no equilíbrio psíquico do casal ou do grupo familiar. A alteração repetitiva do equilíbrio conhecido, acontece com “vínculos que se mantêm e nos quais a continência ainda é possível já que a crise tensiona mas não rasga a rede vincular” (Benghozi, 2003)⁸.

Cada família tem um jeito próprio de estar no mundo, um modo de ser, moldado e também transformado pelos aportes das diversas gerações, pela expressão do desejo de cada um de seus

⁸ Comunicação pessoal.

membros e pela transmissão psíquica de valores e ideologias do contexto histórico, social, político e econômico em que se constitui.

Esse jeito próprio de estar no mundo fica também metamorfoseado pelas crises que irrompem no tempo presente, mas que se articulam com construções alicerçadas no tempo passado.

Intenso sofrimento e acelerada transformação podem constituir a dupla face da crise e cada crise pode trazer uma estagnação ou uma transformação vincular. A estagnação tende a se presentificar quando a crise possibilita um congelamento do conteúdo desorganizador, com uma surdez psíquica para os desdobramentos que este provoca.

Já a metamorfose vincular apresenta-se quando a crise é ponto de partida para uma nova etapa, que permite ressignificar os sinais que, na história familiar ou conjugal, prenunciavam uma futura fissura ou ruptura nos vínculos.

Com relação às catástrofes psíquicas, encontramos inspiração na conceituação de Bion (1965), contribuição recentemente retomada por Benghozi, ao pensar a agressividade e a violência nos grupos. De acordo com Bion, a catástrofe acontece quando se dá uma mudança violenta que imprime uma subversão no sistema estabelecido entre continente e conteúdo. Há uma alteração desmedida, já que a violência do conteúdo esfacela ou rasga o continente das redes vinculares e os efeitos da catástrofe transbordam e se propagam explosivamente. Vive-se um clima emocional de desastre, que se expressa através da compulsão à repetição como veículo da pulsão de morte. Mais exatamente, define-se como catástrofe o processo que inscreve no psiquismo um ataque ao vínculo com um cenário de vínculos partidos. Ante o rompimento dos vínculos, a possibilidade de interfantasmática fica atingida, não há representação, e sim apresentação de material psíquico, incorporado no aparelho grupal familiar e que permanece estagnado sem ser recalçado.

O acontecimento poderá ser elaborado como crise ou como catástrofe, sempre dependendo do modo como será experimentado

pelo sujeito, pelo grupo familiar e pelo contexto social mais amplo. Ele será uma crise quando ainda pode ser gerenciado e será catástrofe quando não pode ser gerenciado. “Sempre que surge uma crise – por algo que nos acontece ou por algo que nós mesmos causamos – somos presenteados com uma oportunidade preciosa, cuja janela se mantém aberta apenas por pouco tempo” (Freeman, 2003, p.195) e ante a crise há duas possibilidades: destruir ou reconstruir transformando.

Passo ao fragmento de um caso. Marina, mais uma vez, coloca-se como vítima de abandono, quando evoca que, durante duas semanas, na sua infância, a mãe a deixou com os tios para ir preparar, em outro estado, a nova casa em que iriam morar. Seu companheiro Luiz não consegue entender este sentimento que atualiza um trauma de Marina e contrapõe sua experiência dizendo: “A minha mãe me colocou num colégio interno quando era criança e sempre tive o sentimento de que quis me cuidar melhor e não que me abandonou”. A separação da mãe teve destinos diferentes em um e em outro. Para Marina houve um devenir traumático que inscreveu uma catástrofe psíquica, até hoje não resolvida. Para Luiz, deu-se um devenir criativo da crise que viveu na interrupção da convivência materna.

No cotidiano de sua constante construção, a subjetividade e a criação dos vínculos familiares se deparam com diferentes possibilidades, no encaminhamento dos acontecimentos. Eles podem ter um devenir traumático ou um devenir criativo, como foi visto no fragmento clínico acima.

O *devenir traumático* apresenta-se pela fixação numa repetição compulsiva que restringe a possibilidade de representação e, muitas vezes, se dá como retorno no próprio corpo ou por atuações. Ele se refere às impressões que podem bloquear ou romper as redes vinculares. Ele pode se dar pela falta de recursos intrapsíquicos, para elaborar o acontecimento, ou pela falta de *redes vinculares de pertença* familiares e/ou sociais, que propiciam um suporte objetivo.

O *devenir criativo* refere-se a impressões que podem transformar ou criar novas redes vinculares. Elaborar o trauma é uma das possibilidades deste *devenir*, já que pela elaboração é que se adquire o novo, com suas significações, e chega-se a um saber, ainda em construção. Em outros possíveis destinos do *devenir criativo*, somos convidados a escutar os efeitos da resiliência, da transferência no processo analítico e das redes vinculares de pertença. Segundo Cyrulnik (2000) resiliência é um conceito da física que expressa resistência ao choque. Psicanaliticamente, é entendido como a capacidade de resistir ao trauma ou ao processo traumático, adquirindo um posicionamento criativo.

Para Frankel (1986), resistem os que encontram sentido para a dor. É a pulsão de vida mais atuante que faz a diferença, pulsão que, acredito, se constrói, também, na acolhida intersubjetiva como expressão de cuidado.

Mesmo quando as informações chegadas do espaço transubjetivo não se constituem como acontecimento capaz de modificar a organização subjetiva individual e/ou familiar, elas podem formar o que nomeio como *fundo fantasmagórico globalizado* (F.F.G.). Este fundo produz alterações no cotidiano e nas mensagens que inconscientemente são transmitidas e é portador de um medo, por vezes, inominável, que permeia o eixo histórico da transmissão e se fortalece no eixo atual desta. O *fundo fantasmagórico globalizado* impõe feridas sociais que, de forma mais ou menos silenciosa, se apresentam nas gerações atuais e, acredito, também nos seus sucessores. Ante este fundo, há uma colocação singular, própria de cada sujeito e de cada grupo familiar, que atualiza a sua pré-história e sua história geracional.

5.4.

A sociedade contemporânea e a transmissão psíquica

O mundo contemporâneo, ante a força da globalização das informações, nos confronta com a possibilidade de impressões, mais ou menos violentas, que criam novos desafios à família como espaço intermediário. Escutamos na clínica, famílias que convivem com um *fundo fantasmagórico globalizado*, carregado de múltiplas incertezas: o poder hegemônico da economia, a fome, o desemprego, o crescimento da criminalidade, a violência e a sensação de desamparo.

Segundo Bauman (1998), cada ordem social tem suas próprias desordens. A nova ordem não consiste em colocar em ordem o que existe de modelos dados e anteriores. A verdadeira ordem deve incluir as anomalias e as novas formas, já que o mundo linear, transparente e perfeito não existe, é uma utopia.

As redes vinculares no novo milênio estão ancoradas em concepções e valores morais muito diferentes dos que nortearam a primeira metade deste século. É bom lembrar que, quando julgamos o posicionamento das gerações anteriores, estamos sempre à luz dos valores de hoje. Nesta nossa época, percebemos que, de uma forma mais acentuada, as normas sociais que eram muito importantes para os avós vêm sendo menos importantes para os pais e, praticamente, não são importantes para os filhos.

O contexto social define uma narrativa para cada época. Na passagem da modernidade para a chamada pós-modernidade, ocorrem profundas transformações. Na era moderna, a sociedade ocidental era produtora, ordenava poupar e criava emprego. Hoje ela apresenta-se como consumidora, desregulamenta o controle, ordena consumir e modifica as relações com o trabalho, trazendo grande desemprego. Em lugar dos ideais que tanto moveram as gerações anteriores, hoje temos o império da imagem, em que a sedução de um objeto pode ultrapassar o sentimento de

solidariedade e permite a competição a qualquer preço. Tudo isto interfere nas redes vinculares, principalmente, na família e no casal.

Em Tozatto (1999), já dizíamos que vivemos uma nova ordem e que esta nos apresenta a necessidade de um raciocínio veloz e competente, com a exigência de coordenar, quase que instantaneamente, elementos opostos.

Este mundo e o contexto social impõem, ao sujeito e ao grupo familiar, uma forma de funcionamento “multipolar” (Gaulejac & Taboada Léonetti, 1994). No funcionamento multipolar, há um abandono da rígida hierarquia das classes sociais e uma valorização de uma ordenação, em constante movimento, que exige de cada um e de sua família adaptação rápida, para ocupar diversas posições nas mais diferentes redes sociais, e também ascender ou descender de lugar social ao longo da vida.

A sociedade contemporânea vem, cada vez mais, nos defrontando com um estilo de vida, que tem como características a velocidade, a voracidade e o consumismo, muitas vezes não cuidando das necessidades físicas, emocionais e espirituais. Ao mesmo tempo, considera-se que o conceito de saúde vigente exige escutar o mal-estar emocional, físico, mental e espiritual. Pensar este mal-estar de forma complexa faz com que, como psicanalistas, nos debrucemos sobre o sofrimento psíquico, tendo em mente as suas outras facetas, muitas vezes não reveladas, mas sempre presentes. Que carências sociais, físicas, mentais e/ou espirituais somam-se ao mal-estar emocional?

Há na sociedade atual uma exigência de flexibilidade enorme, na qual o equilíbrio humano fica à mercê de abalos sociais, familiares e pessoais. O *ethos* cultural da contemporaneidade dita um modelo que tem como expressão um tempo presente, fazendo economia do passado. Isto deixa o sujeito sem lastro para imaginar e construir o futuro, pois, sendo desenraizado e sentindo-se desfiliado, é impossível ir em frente.

As redes vinculares familiares e sociais expressam novas formas de sentir, pensar, representar e agir sobre o mundo. No cotidiano da vida compartilhada, deparamo-nos com a ruptura do que já foi, sabemos o que não é e não temos clareza do que é. Muitos vivem um desencantamento da existência a partir de uma cultura ainda sem legados a cumprir e sem sonhos a protagonizar. Surge, então, o vazio como espaço a ser ocupado por novas patologias: bulimia, anorexia, violência familiar, violência social, toxicomania, novas formas de desamparo que têm, em comum, a queda do mundo representacional simbólico, no qual o fazer e o não fazer têm o mesmo sentido.

Entre as grandes mudanças que se dão nos vínculos, observa-se a perda da visão coletiva e o fortalecimento do individualismo com ênfase nas sensações. Tanto na cultura moderna como na contemporânea, ante a carência de amor social, a solidão de quem perde, seja por morte, seja por “fracassar”, torna-se insuportável para muitos. Neste contexto, o desemprego como acontecimento transubjetivo tem, cada vez mais, uma ressonância psíquica de fracasso em diversas famílias.

5.5. Acontecimentos transubjetivos: desemprego e violência urbana

A transmissão cultural ou transubjetiva inscreve temas que tocam a todas as gerações. Na sociedade atual, alguns destes temas são o desemprego⁹ e a violência urbana, que atingem muitos grupos familiares e atacam a pertença. Tanto o desemprego como a violência urbana são da ordem da realidade social e configuram-se como manifestações sintomáticas do funcionamento das redes vinculares de pertença. “Ambas são expressão de crise ou catástrofe

⁹ Estudos desenvolvidos na Argentina vêm considerando as marcas psíquicas do desemprego semelhantes às deixadas pela repressão política.

do vínculo social como forma do vínculo afilhativo” (Benghozi, 2003)¹⁰.

Sobre o desemprego diz a composição:

“O homem se humilha
se castram seu sonho
seu sonho é sua vida
e vida é trabalho
e sem o seu trabalho
o homem não tem honra
e sem a sua honra
se morre
se mata
não dá pra ser feliz
não dá pra ser feliz.”
(Gonzaguinha, 1983)

Sem dúvida, a questão do desemprego tem-se apresentado como detonadora de mal-estar em muitas famílias invadidas por um desamparo originado nas pressões que a conjuntura econômica da cultura atual impõe.

Vejamos um fragmento clínico.

Ricardo e Ângela estão casados há vinte anos e têm três filhos. Quando o casal chega para a sessão, o olhar profundamente triste de Ricardo chama minha atenção. Ele sempre foi o provedor da família, tendo um ótimo emprego numa grande firma. No último ano, seu trabalho vem diminuindo, escutando do empregador constantes ameaças de desemprego. Soma-se a isto outros fatos: há poucos meses teve que demitir colegas de trabalho e um deles se suicidou.

Segundo Aguiar (2001), o aumento do desemprego se constitui num processo econômico, social e histórico que produz efeitos na subjetividade e nos vínculos, já que modela e remodela as pessoas e as relações que se estabelecem.

Com o desemprego, a sociedade impõe ao adulto uma quebra no contrato narcisista (Auglanier, 1975), pois a pertença fica abalada pela não inserção no processo produtivo. A quebra no pertencer provoca mal-estar, não só psíquico como também

¹⁰ Comunicação pessoal.

somático e social, e, nas situações de desemprego crônico, temos muitas vezes uma deterioração subjetiva e vincular. Esta deterioração manifesta-se como a predisposição para o isolamento, a depressão e a desvalorização do desempregado e, por extensão, do seu grupo familiar. Freud (1930) já enunciava que o trauma de origem social produz não só torpor inicial e paulatino embotamento, como também anestesia os afetos e a sensibilidade, provocando o abandono de toda expectativa e o distanciamento dos outros.

O desemprego é pensado como *ferida social* porque impõe, também aos que têm trabalho, um *fundo fantasmagórico globalizado* de ameaça constante, ante a possibilidade de passar a perdê-lo, afetando os que trabalham e os que estão excluídos do trabalho. A real ameaça de ficar sem emprego, freqüentemente, gera tensões semelhantes a de perder o emprego efetivamente.

Por medo de perder o emprego são desenvolvidos processos de “alienação silenciosa” (Dejours, 1987) que impõem um não pensar sobre essa ameaça coletiva. À medida que a dimensão social do desemprego, como acontecimento transubjetivo, não é considerada, aumenta no grupo familiar o sentimento de desamparo e de menos valia.

O trabalho é assimilado como vida, como expressão de Eros e, conseqüentemente, a sua falta traz o fantasma de morte, remetendo a uma angústia de morte psíquica e social.

“O reconhecimento do cidadão brasileiro passa, primordialmente, pelo trabalho que realiza na sociedade” (Carretero, 1993, p.75) e é o trabalho que lhe confere dignidade. Ter um trabalho é uma das formas de se inscrever numa linha de filiação como herdeiro de uma cultura e de uma história transmitidas às novas gerações.

Segundo Barel (1982), o trabalho é um grande organizador social e podemos pensar que, estando ameaçado coletivamente como categoria, cria desorganizações familiares e subjetivas. O sujeito passa a ser identificado, então, pelo que lhe falta, pelo negativo.

Apesar de ser um fenômeno social mundial, o desemprego, muitas vezes, passa a ser vivido como crise individual, com ressonância nos vínculos familiares e, em especial, no vínculo conjugal. Mas cada família terá diferentes formas de lidar com o corte radical que o desemprego acarreta.

Após o choque inicial, no cotidiano familiar, a presença do desemprego, como impressão ou marca transubjetiva, pode ser significada como ferida ou como canal de transformação subjetiva e vincular.

A escuta dos vínculos familiares permite afirmar que o espaço transubjetivo, assim como o que ele apresenta, é significado como detonador de conflito ou de criatividade, gerando, respectivamente, angústia paralisante ou transformadora. Existe uma responsabilidade subjetiva, no modo como cada família, casal ou sujeito se posiciona, diante das catástrofes, com as feridas sociais, que o macrocontexto impõe pela trama dos ideais de cada época (Gomel, 1997). Na passagem do espaço transubjetivo, como representante da esfera macrossocial, para o espaço intersubjetivo, como representante da esfera microssocial, o desempregado é, muitas vezes, culpabilizado.

Nada mais contemporâneo e característico da sociedade atual do que o dizer freudiano:

“O seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, a utilizá-lo sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo.”

(Freud, 1930, p.133)

Em muitos grupos familiares, tomados por um *devenir traumático*, nota-se que o desempregado fica também excluído, desvalorizado e sem voz ativa. Já em outros, que conseguem um *devenir criativo*, após um tempo de elaboração da perda, do luto pela falta de trabalho, inicia-se um movimento de vida, que permite a criação de novos lugares e novas funções no grupo familiar.

Capitaneado por Eros, inicia-se o investimento em novas formas de produção, que passam a ser valorizadas como força de trabalho, mesmo fora da estrutura de emprego.

Na escuta do desemprego como manifestação sintomática de crise ou catástrofe do espaço transubjetivo, o processo analítico permitirá sair de uma inscrição da culpa, com foco na realidade social, e passar a pensar a realidade psíquica que se apóia no social. Cada sujeito, assim como cada grupo familiar, poderá, na análise individual ou vincular, fazer a retomada das linhas do seu mundo interno que teriam sido abaladas pelo acontecimento transubjetivo.

Será importante discriminar o que é trabalho e o que é emprego, para poder valorizar outras formas de produção individual ou coletiva que não estejam, necessariamente, dentro do modelo vigente durante tantos anos e hoje transformado. *Estar* desempregado traz a conotação de temporário, já *ser* desempregado reflete uma ferida social em continuidade. De toda maneira, o grupo familiar com a experiência de desemprego passa a ter suas certezas e projetos, a longo prazo, abortados ou muito dificultados. Ao não ter como imaginar uma continuidade de produção, ganho financeiro e reconhecimento social, torna-se vital aceitar os valores de transitoriedade e tempo limitado, que marcam os projetos profissionais e os investimentos psíquicos do desejo de trabalho.

“A gente não quer só comida, a gente quer dinheiro, diversão e arte...”, diz o grupo musical Titãs. Houve um tempo, não tão remoto, em que ir além das necessidades concretas era o motor de investimento familiar. Hoje, poder garantir só a subsistência alimentar já mobiliza o funcionamento de muitas famílias na luta pela sobrevivência. Para crescer e para sentir é preciso, em primeiro lugar, se manter vivo.

Lidar com as faltas e limitações reais no atendimento a necessidades materiais tem provocado, no grupo familiar, feridas sociais, já que a possibilidade de realização concreta, durante o tempo de desemprego, fica muitas vezes anulada.

Ao elaborar a transitoriedade que caracteriza o mundo do trabalho, na contemporaneidade, a família pode passar a valorizar e desejar viver melhor cada projeto profissional e cada projeto da vida familiar.

A violência urbana, como outro acontecimento transubjetivo, vem-se apresentando repetidamente no mundo atual.

“Até bem pouco tempo atrás, achávamos que chacinas e crimes bárbaros eram coisa das classes baixas, das favelas... Nós, moradores da Zona Sul, seríamos vítimas no máximo de um assalto. Talvez a mão armada, mas um simples assalto. Ficaríamos sem o carro ou a carteira, mas com a vida...

Outra crença que se desfez. A violência está do nosso lado, nos acompanha em todos os momentos. Não mata apenas o jovem que tinha dívidas com traficantes ou quem se aventura em programas arriscados. Mata o executivo que voltava para casa pela Linha Amarela, a dona de casa que foi buscar a sua filha no colégio, a professora que pegou o ônibus à tarde, a criança que passava pela rua na hora em que a PM trocava tiros com bandidos...O medo nos faz ver fantasmas onde eles podem não existir...Vivo em permanente estado de sítio interior.”

(Moretz-sohn, 2002)¹¹

No dia-a-dia familiar, vive-se a invasão de mensagens, valores, ideais culturais, que marcam as subjetividades, principalmente, dos jovens que ainda estão em formação psíquica, intelectual e física.

Segundo o texto freudiano (1930), é a falta, dentro de um grau suportável, o que nos faz produzir. A tensão entre o sujeito e a cultura nos leva para a ação. No entanto, ante o freqüente funcionamento perverso da cultura contemporânea, muitas vezes a melancolia impera.

Tomados por esta realidade, um sentimento de impotência e de irresponsabilidade pode-nos levar a um descompromisso, acarretando uma certa “anorexia moral”, no dizer de Novaes (1996)¹². Cada um de nós torna-se responsável pela família e pela sociedade em que vive, já que são grupos interdependentes. Como diz Freire Costa (1998)¹³, é preciso abandonar a “estratégia de avestruz” para tentar reparar, enquanto é tempo, nossos aleijões

¹¹ Artigo “Medo de tudo”, Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2002.

¹² Comunicação pessoal.

¹³ Comunicação pessoal.

sociais. Esticando nosso pescoço de avestruz, torna-se fundamental pensar o local e o individual como complexo, como componente de uma trama global. A sociedade brasileira possui uma das mais injustas distribuições de renda, privilegiando poucos e deixando à margem muitos. Vive-se um conflito crescente entre a opulência e a carência, entre quem tem e quem não tem. Este abismo social contribui para o exercício de violência simbólica e concreta.

A violência que se expande em nossa cultura repercute na construção subjetiva e nos vínculos. Cada indivíduo permanece numa tendência ao isolamento, temeroso dos outros. O vínculo entre as pessoas, entre as famílias e entre os diferentes grupos vem ficando marcado pelo que, parafraseando Zuenir Ventura (1994), chamaria de “síndrome da cidade partida”.

No momento atual, quando a violência não apenas “invisível”, mas também a “palpável (Ruiz Correa, 2003)”¹⁴, nas suas diferentes manifestações, impregna o conjunto social da cidade do Rio de Janeiro, a potencialidade traumática paira no ar, procurando alojamento para o que se apresenta como excesso. Este excesso, acolhido como acontecimento transubjetivo, sobrecarrega a possibilidade auto-organizadora da subjetividade e dos vínculos.

Na “cidade partida”, vivemos a *democratização* da psicanálise, que se vem expandindo pelas camadas de baixa renda da população. Mas transpor a psicanálise e a escuta psicanalítica dos consultórios particulares para outros enquadres, cria a exigência de ter sempre presente a que diferentes contextos socioculturais pertencem aqueles que são escutados.

“A psicanálise, antes de ser uma profissão, é uma aventura, uma viagem, um empenho existencial, alguma coisa que transcende molduras e modelos burocráticos. O psicanalista é o contrário do burocrata ou do especialista. Ele escuta o desejo, debruçado sobre o coração selvagem da vida e, a partir desse pólo, se esgalha, ampliadamente em todas as direções”.

(Pellegrino, 1997, p.44)

¹⁴ Comunicação pessoal.

Há uma crise de valores que atinge todas as gerações em todo e qualquer contexto social, mas há especificidades de cada meio. Passos (2003) nos lembra que “são diferentes os padrões familiares do Brasil, no contexto carioca e paulista, daqueles do rincão sertanejo” (p.20). Na própria cidade do Rio de Janeiro, migrando do consultório particular na zona sul para uma localidade favelada, isto fica evidente nas narrativas escutadas na própria comunidade, através de um *grupo de reflexão psicanalítica*.

Ao escutar a violência urbana em uma “favela”¹⁵, evoco o dizer do poeta: “Quem sou eu para te cantar, favela / que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta / e a noite inteira de sábado / e nos desconheces, como igualmente não te conhecemos?” (Drummond, 1984, p.109).

Considero que os *grupos de reflexão psicanalítica* se configuram como formação intermediária para a escuta clínica das impressões transsubjetivas ou culturais, cunhadas na subjetividade e nos vínculos.

Estes grupos funcionam como verdadeiros envelopes psíquicos, dando continente a conteúdos transbordantes, denegados socialmente. Constituem-se como superfície projetiva para o inconsciente individual, para a cultura e para a sociedade, sendo membrana sensível à realidade psíquica, vincular e social.

Pensar o global, no local, demanda uma escuta, por mim chamada de *globolocalizada*. A *escuta globolocalizada* fica atenta às variáveis e às invariáveis, aos conteúdos globalizados que atravessam cada contexto e também à especificidade de cada localidade.

Ela articula o universal com o particular, o global com o local. Segundo Passos (2003), o universal diz respeito a tudo que faz parte do processo de humanização, e o particular faz referência ao modo como cada contexto propicia as condições para que a humanização seja possível. Penso que, por ser *globalizada*, esta

¹⁵ Em sintonia com Carreiro (2002) penso a favela na sua pluralidade e sempre marcada por singularidades que habitam realidades semelhantes.

escuta dá atenção às condições propícias e adversas com que cada sujeito, casal, família, grupo ou comunidade conta no seu projeto para a realização do processo de humanização.

O contexto social, caracterizado pela falta de oportunidades de trabalho, educação e saúde, faz com que a dimensão cultural ou transubjetiva da transmissão psíquica inscreva *feridas sociais* que, de um tempo histórico a outro, são transferidas, deste modo, intocáveis e com pouca possibilidade de cicatrização ou de metamorfose em muitos grupos familiares. Apresentam-se, com maior impacto, os ingredientes clássicos para a manutenção das *feridas sociais*: “sociedade omissa, consumidores cativos, traficantes gananciosos, policiais que oscilam entre o heroísmo combativo e a corrupção passiva” (Varella; Bertazzo; Jacques, 2002, p.78).

Cicatrizas as *feridas sociais* vem sendo difícil, já que, em geral, há uma repetição compulsiva da violência que, desta forma, remete a outras violências, mantendo um constante de sofrimento, desesperança e medo. O montante de violência demanda ser escutado para que possa ser reconhecido como algo possível de ser transformado. Mas de que violência falo?

O uso do conceito de violência, em psicanálise, sofre de polissemia e faz referência a diversas formas de atos violentos, o que geralmente cria confusão e imprecisão teórica.

Neste estudo, resgato a violência como um dos temas de relevância social com o qual a psicanálise brasileira vem tentando saldar uma dívida teórica e de escuta clínica¹⁶.

Tanto a abordagem grupalista francesa como a abordagem argentina para as configurações vinculares tiveram como âncora o conceito de violência proposto por Aulagnier (1975). Para esta autora, a violência se configura no exercício de poder de um ou mais sujeitos sobre outro que permanece não reconhecido, no lugar

¹⁶ Mesmo assim, no “II Encontro dos Estados Gerais da Psicanálise”, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2003, poucos foram os trabalhos apresentados, voltados para as marcas que a realidade social impõe à subjetividade e aos vínculos.

do não desejo e reduzido a um puro objeto. A definição proposta fala apenas da “violência simbólica” que anula o outro na sua alteridade e o submerge na perda de identidade e de singularidade, gerando profunda angústia, chegando, muitas vezes, ao exercício da violência física ou concreta.

Ainda, segundo Aulagnier (como foi visto no capítulo2), no vínculo fundante que se estabelece entre mãe e filho tem-se um exercício de violência, “violência primária” que é necessária para a estruturação do sujeito como desejante. A mãe, ou sua substituta, atua como mediadora, oferecendo ao bebê o seu discurso que funciona como suporte, como apoio para as angústias.

Para Freire Costa (1984), pensar em “violência primária” refere uma maior valorização do natural no psiquismo infantil que seria violentado pela ação do meio ou da cultura. Concordando com este autor, considero que, passando a pensar o psiquismo como um fato cultural, teremos um aparelho aberto constantemente às influências do meio e, deste modo, nem sempre sofrendo violência, posto que, desde as origens, as realidades subjetiva, vincular e cultural encontram-se imbricadas na formação do sujeito e escrevem um texto conjunto que o define como tal.

Podemos dizer que primariamente pode haver ou não violência, já que essa trama integrada é o berço do eu em formação. O discurso familiar e social vai-se constituindo em “sombra falada” (Aulagnier, 1975) de um eu a advir.

Freire Costa (1984) denuncia ainda a contradição inerente ao campo psicanalítico sempre que propõe a noção do psiquismo, como produto da interação cultural, e uma noção de violência, ancorada na naturalidade deste psiquismo. Em sintonia com esta colocação, proponho não rotular automaticamente, como “violência simbólica”, o que é estrutural, a bagagem familiar e cultural que se atualiza pela transmissão psíquica e funciona como um dos organizadores psíquicos do grupo familiar. A “violência simbólica” não reside, naturalmente, nas vias de expressão da transmissão psíquica e do discurso familiar. Ela se faz presente dependendo da forma como a

transmissão é feita, assim como na dependência do que cada um realiza do seu desejo individual.

No campo da transmissão psíquica geracional, aponto a possibilidade de violência simbólica quando:

- 1) situações traumáticas não elaboradas, que permanecem clivadas como blocos inacessíveis, irrompem no psiquismo familiar ou individual, atualizando-se pela via do sintoma;
- 2) conteúdos traumáticos deslizam sem elaboração pela cadeia intergeracional e permanecem sem representação, vindo a eclodir até numa quarta geração.

Questiono a idéia psicanalítica de que todo trauma seria sinônimo de violência. Na realidade, o trauma não trabalhado, aquele que permanece congelado, pode ser a via régia da possibilidade de violência, em geral, simbólica e, às vezes, concreta.

Penso, então, a violência simbólica decorrente de patologia, e não como modelo estrutural compulsório das vias da transmissão psíquica familiar.

Segundo Freire Costa (1984), “a violência invadiu todas as áreas de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente” (p.9).

No campo da transmissão psíquica transobjetiva, a violência passa a incorporar ações e posicionamentos que lhe dão uma configuração objetiva e observável. Defino, como *violência concreta*, todo tipo de ação destrutiva que ocorre na realidade vincular ou social e que provoca sofrimento ou morte física. A *violência concreta* é movida por um desejo consciente ou inconsciente do sujeito individual ou coletivo. Ela se apresenta como uma produção cultural e estabelece pactos sociais pelo emprego da força ou da agressividade, visando a resolver, desta forma, conflitos de difícil solução. Este enfoque da violência concreta é confirmado no dizer de Soares:

“O ódio flui segundo regras, por canais social e culturalmente autorizados. Violência não é explosão caótica de paixões humanas. Não é a irrupção da natureza no campo da cultura. Não é emergência de nosso lado selvagem, animal e anárquico, refratário a regras, estilo, estética e linguagens. Há leis da violência, que regem suas manifestações. Se há leis, regras e linguagens, há aprendizado. Portanto, os indivíduos aprendem a exercer a violência. Cada sociedade ou grupo social, em cada época, segundo diferenças etárias e de gênero, transmite às novas gerações as regras da violência, que são informais e, em boa medida, inconscientes.”

(Soares, 2003, p.6)

Tanto a *violência simbólica* quanto a *violência concreta* se apresentam em todos os contextos sociais. A psicanálise, alojada no consultório particular, privilegiou a escuta da violência simbólica. Atualmente, a minha prática de psicanálise, em comunidades empobrecidas, tem-se deparado também com uma violência concreta, que não é camuflada, mas sim revelada como ferida social.

Ancorada na teoria psicanalítica sobre os grupos, e como coordenadora do projeto Unicom (Universidade-Comunidade) da PUC-Rio, cheguei numa localidade¹⁷ onde encontrei pessoas desejosas de serem escutadas. Marcadas pelas experiências e o sentimento de abandono, receberam-me com afeto e com medo. A partir do diagnóstico feito, foi criado um *grupo de reflexão psicanalítica* com famílias, atendendo à demanda da comunidade. Iniciado em 1996, por meio de uma parceria com o Governo do Estado, o trabalho é desenvolvido nas dependências de uma instituição religiosa. Uma capela da igreja católica é, semanalmente, transformada no “espaço clínico” para o grupo de reflexão.

Vencido o medo de confiar nos nomeados “de fora” que, muitas vezes, vêm e vão embora de repente, os membros da comunidade respondem ao convite para participar do grupo. Avós, pais e filhos apresentam-se como representantes de suas famílias, permitindo a riqueza de uma escuta trigeracional. No dia-a-dia, a

¹⁷ Mantendo a ética psicanalítica, que tem como um dos pilares o compromisso com o sigilo, resolvi não nomear a comunidade situada na periferia do Rio de Janeiro.

presença das mulheres se repete e, só esporadicamente, um ou outro homem comparece.

Em geral, a figura do pai é distante e, ao contrário da mãe, é pouco íntima, sendo, em muitos casos, transitória e substituível. A mãe tem maior influência na transmissão dos valores familiares, no estabelecimento e reforço das redes vinculares. Sabemos que, na construção dos vínculos familiares, é importante o exercício das funções materna (de acolhimento) e paterna (de autoridade). Estas funções podem ser desempenhadas por qualquer membro da família ou pessoa com quem se tem um forte vínculo afetivo.

Freqüentemente, as avós aparecem como depositárias de uma síntese das funções materna e paterna: afeto-autoridade, acolhimento-limite. São verdadeiras organizadoras da vida cotidiana e psíquica da família. Ocupam esse lugar a partir da ausência paterna e da imaturidade da mãe, muitas vezes apenas uma adolescente ainda precisando ser atendida como filha.

Evoco a recente narrativa de Ivone, que tomada por intensa dor e vergonha, conta que Ivonete, sua neta de 15 anos, está grávida. Abruptamente, esse acontecimento parece colocar um fim aos sonhos de Ivonete, que investia em estudo e cursos de capacitação, para vir a ter a possibilidade de realizar o desejo de ser modelo fotográfica. Foram 15 anos de luta para Ivone, avó-mãe, que a criou como filha e quis sempre protegê-la do olhar malicioso, da sedução, do assédio e do possível abuso “dos home”¹⁸. “Agora é tudo ‘home’ novo. Antes eu conhecia todos e não tinha medo mas com os ‘home’ novos não há conversa”, diz Ivone que, como muitos na comunidade, transmite um misto de medo e sentimento de proteção por parte dos responsáveis pelo movimento de drogas. Ela narra ainda: “Para tentar proteger minha ‘filha’, que eu criei com tanto amor desde os dois anos quando a mãe a abandonou, eu a devolvi para o meu filho que mora fora daqui. O pai soltou, não cuidou... Ivonete está grávida de um garoto quatro anos mais velho

¹⁸ “Home” aqui se refere aos chefes do tráfico de drogas.

e que já tem um filho. Não é marginal, mas não tinha contado que tinha um filho. Estão pensando em casar. Eu estou muito ferida, magoada, cansei de falar e não me escutou...”.

Como analista na função de escuta, é preciso estar disponível para o espanto, para a criação, para o não dito até então. Nas camadas de baixa renda da população favelada, escutar as famílias passa mais intensamente pela violência, pela miséria e a concretude destas situações. As narrativas remetem para além do discurso simbólico, falam de *violência concreta*, falam de morte (como o medo do carnaval em que alguns mascarados matam impunemente e não são denunciados, mesmo se suspeitando quem são). Todos são submetidos à lei do silêncio como preservação da própria vida, como veremos na fala de Felícia, no relato a seguir:

“Mulher, eu vi uma esteira de gente morta. Tem uns oito sem pernas. Gente esquartejada, meu marido falou. Ele chegou em casa com um medo tão grande que deu as roupas que usava para não ser reconhecido. Qualquer lugar que ele vai, vai com medo.”

O depoimento angustiado evidencia que, no contexto social da favela, a testemunha tem sempre a vida em risco. Ela tenta apagar parte das provas por se sentir culpada de ter visto, por ter transgredido a lei do silêncio que decreta nada olhar, nada falar, nada saber.

O *grupo de reflexão psicanalítica* traz repetidamente a angústia e o medo que acometem cada família ante o recrudescimento da “guerra”, instalada na localidade onde moram, entre o “movimento” do tráfico de drogas e a polícia. Na narrativa que se segue, podemos nos aproximar da violência policial:

“Eu tava em casa com meu filho no andar de baixo. Em cima mora minha mãe, o pai e meu sobrinho. Eu deitei e dormi. Meu filho é nervoso. Ele deitou ... ouviu o barulho e os homens falando: ‘É o quê meu irmão?’ Olhei e não vi meu filho em casa. Alguém levou meu filho para matar ... a minha casa tava cheia de polícia armada ... eu fiquei forte. – ‘Tia, vou entrar na sua casa. Tu tá aqui, mais quem? Desculpa tá vindo aqui essa hora ... nós tivemos uma informação’. Eram cinquenta policiais. Cinco D-20 invadindo a

minha casa. Virou pra meu filho: ‘Qual o teu nome?’ - ‘Gilberto’. – ‘Ah! Não é aqui, entramos na casa errada’. Eu podia ter morrido, ter tido um enfarte. A maneira como falou com o meu filho, era pra matar. Eu tremia tanto depois ... a gente mora aqui mas ‘eles mandam na gente’.”

Pela colocação “eles mandam na gente”, pode-se pensar que a polícia tem um poder de vida e de morte sobre os indivíduos e sobre as suas famílias, propiciando uma construção subjetiva e redes vinculares marcadas pela repressão. Fica também explicitada a contradição vivida na comunidade com relação à organização policial, que seria uma instituição de proteção social, mas se coloca como representante da violência.

Houve um tempo nas favelas em que o medo maior era o de expulsão, mas hoje o medo que marca todas as gerações (avós, pais, filhos e netos) é o de morrer, pela violência que o movimento do tráfico de drogas impõe e pela ausência de instituições sociais que possam garantir suporte ao cidadão. Vejamos o fragmento a seguir:

“O meu marido tinha muito medo das coisas. Com treze anos os caras pegaram ele e ele voltou sem roupa: ‘pegaram as roupas’. Ele sempre chorava depois disso ... ele foi assaltado várias vezes. Ele tinha muito medo das coisas.”

Na escuta, os participantes do grupo se perguntam: será que, falando do medo do marido, não traz também o seu próprio medo ante a falta de proteção social que se mostra de modo evidente no habitat da favela?

Em maior ou menor grau, o medo da violência permeia todos os moradores da favela. O medo tem rosto definido, cotidiano conhecido, final muitas vezes trágico, senão vejamos outras colocações feitas no grupo: “Aqui não há proteção. É como se fosse uma selva, só que um animal mata pra matar a fome dele. As pessoas parece que matam por esporte. É uma situação de medo mesmo”, diz Conceição. “O medo e a insegurança andam com todas as pessoas, pois a violência está muito grande e não existe mais confiança entre as pessoas”, acrescenta Marta.

A violência urbana, porém, cria modos de resistência e de defesa coletiva. Esta defesa consiste na banalização do que é violento, já que, somente assim, pode-se viver atravessado pela força da violência como acontecimento transubjetivo. Há, então, um *fundo fantasmagórico globalizado*, que é formado a partir da realidade social, e há defesas coletivas que nos protegem dele. No rompimento das defesas, (como na narrativa em que 50 policiais invadem a residência), o acontecimento irrompe, a banalização da violência não tem mais sustentação e é, então, retomado o *fundo fantasmagórico globalizado*, que coloca em cena a possibilidade de morte.

Segundo Zaluar (1994), nas novas gerações, encontramos adolescentes e adultos jovens num posicionamento de revolta contra os valores familiares de trabalho honesto e honra, considerados primordiais pelos pais. A revolta, então, acontece, tanto pela desqualificação do legado transmitido pelos antepassados e ancestrais, como também pelas atitudes contrárias aos valores parentais.

Algum tempo atrás, só os mais velhos chefiavam o tráfico de drogas. Funcionando como um grupo familiar, as funções de autoridade cabiam aos experientes. Hoje, uma nova ordem rege também este agrupamento: cada vez mais os jovens lideram e os menores são contratados como mão-de-obra mais barata, que, de forma destemida, defendem os interesses do “pai-patrão”.

“Todo tipo de violência é um crime contra a humanidade” (Freeman, 2003, p. 199) e os atos de violência no espaço público são usados como forma de intimidação, despertando o medo nas pessoas e fazendo com que interiorizem uma atitude de constante alerta.

O *grupo de reflexão psicanalítica* se organiza em torno de dois pólos: o relato do cotidiano familiar e comunitário, com a marca dos acontecimentos intersubjetivos e transubjetivos, e o imaginário ou fantasmático que se faz presente.

Nas colocações grupais, cada representante de sua família é porta-voz dos valores de revolta, desenvolvidos contra as difíceis condições de vida. Os valores de revolta fazem com que muitos sejam capturados pela rede do tráfico de drogas, principalmente os adolescentes.

Freud (1927) é atual quando afirma:

“Se voltarmos para as restrições que só se aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de se esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se liberarem de seu próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas.”

(Freud, 1927, p. 23)

Referendando o dizer freudiano, vejamos a colocação feita no grupo:

“O rapaz saiu pra trabalhar e oito policiais bateram nele. Ele levou cinco pontos, deram chute e tudo, tava lá a poça de sangue. E ele ia trabalhar. É por isso que o pessoal se revolta com eles, eles fazem muita perversidade”.

Conviver diariamente com acontecimentos violentos, por meio de imagens e experiências, altera a maneira como se pensa e se vive. Dizemos comumente que “o que os olhos não vêem, o coração não sente”. Tanto nos acontecimentos intersubjetivos como nos transubjetivos, o ver não apenas nos faz acreditar como nos impõe modificações na subjetividade e nos vínculos.

Escutar a violência urbana na favela impõe ter presente que ela paira onipresente sobre a comunidade e sobre a sociedade como um todo. O medo não é teórico nem simbólico. O medo não é fruto da imaginação coletiva, ele é construído no dia-a-dia das ruas e invade cada grupo familiar, assim como nos invade, a equipe de trabalho, que também corre riscos. Em alguns momentos, o medo cristaliza os projetos de vida e a esperança de cada grupo familiar.

No grupo de reflexão, “o ver parece sobrepor a experiência concreta sobre a reflexão abstrata” (Freeman, 2003 p.190) ou, mais exatamente, podemos dizer que a experiência concreta inunda, com todas suas nuances de medo e violência, a reflexão abstrata.

Narrativas, como as citadas anteriormente, são elaboradas pelo grupo em três registros:

1. O registro do acontecimento transubjetivo: o grupo se percebe com ameaças externas concretas, que exigem tomar medidas de proteção, desde não usar roupas com as cores do Comando Verde ou Vermelho (facções do tráfico de drogas que dominam os pontos de venda – “bocas de fumo” - nas favelas do Rio de Janeiro) até retornar para suas moradias antes de escurecer. O grupo vive um estado de sítio não oficial, que propicia o que nomeio como *estado de sítio interior*. Ao elaborar o sofrimento que este contexto impõe, o grupo passa a adotar medidas especiais para tempos de “guerra”. Como cuidado grupal, as sessões do grupo são canceladas nos dias de tiroteio anunciado; como cuidado familiar, evita-se a saída dos filhos, crianças e adolescentes, e promovem-se atividades educativas e de recreação para eles; como cuidado pessoal, trabalha-se, no grupo de reflexão psicanalítica, a angústia de morte e de esfacelamento familiar.
2. O registro da ressonância psíquica do acontecimento transubjetivo: o grupo se percebe tomado por um *tráfico interno* de sentimentos de revolta, medo e impotência e vai discriminando que outras violências intrafamiliares permitem dizer: “é uma droga de família”. O relato grupal presentifica cenas familiares de falta de limites, de abuso moral ou sexual, de alteração da ordem geracional, onde os pais, muitas vezes, ficam reféns da imposição dos filhos e do abandono constante nas redes vinculares. Cada participante do grupo, confirmando a porosidade existente entre o mundo interno e o externo, passa a se perceber também como construtor de violência: “Às vezes a violência está dentro da gente mesmo e

às vezes eu faço coisas que ninguém diz... violência é muita maldade, é ganância, é poder”, diz Celina.

3. O registro da possível metamorfose subjetiva e vincular: o grupo vai valorizando a participação responsável de todas as gerações que convivem no cotidiano familiar: os avós resgatando as histórias familiares e da comunidade; os pais exercendo autoridade e cuidado e não repetindo o autoritarismo que permeia o contexto transubjetivo; os filhos, acolhendo a sabedoria familiar e criando novas formas de posicionamento ante as violências intrafamiliares e externas.

Repetidamente, os membros dos grupos de reflexão psicanalítica lamentam que a comunidade favelada fique marcada pelo estigma de que todos os moradores seriam integrantes do movimento do tráfico de drogas. A cada oportunidade de emprego, muitos omitem, cheios de vergonha, o local em que moram. Há uma vergonha de não ser como “os outros”, os bem vistos porque não são da favela. O olhar desses outros, como exercício de poder, funda as diferenças sociais e prende os moradores da favela num sentimento de vergonha que os impede de ocupar um lugar próprio e valorizado.

Pouco a pouco, o grupo vai percebendo a distorção no imaginário social e faz o resgate do *vínculo cidadão*. Com este resgate, renascem os valores de dignidade e respeito, o reconhecimento das diferenças e a valorização de suas próprias características: “onde o homem comum não mais se reconhece ou não vê reconhecida sua cidadania, não se cria um território para a existência humana” (Vilhena, 1993, p.2). Cada participante exercita, então, a cidadania na sua família e nas suas redes vinculares.

Como psicanalista, sinto-me convocada a uma escuta clínica que dá acolhida não só aos conteúdos psíquicos, mas também aos sociais que marcam cada sujeito, cada família, cada grupo ou comunidade. Escutar a subjetividade e as redes vinculares que se formam em cada contexto, e acolher na escuta os acontecimentos e sua carga transformadora vêm demarcando uma clínica complexa,

organizada em redes e em constante metamorfose, como veremos a seguir no capítulo 6.